



MINISTÉRIO DA CULTURA
Coordenação-Geral de Governança Audiovisual
MinC/SAV/DFIA/CGGAV

Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8 - Bairro Asa Sul, Brasília/DF,
CEP 70333-900

ATA DE REUNIÃO

Aos 21 dias do mês de janeiro do ano de 2026, às 13h30, em sua sede, no Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8, Bairro Asa Sul, Brasília/DF, realizou-se a Reunião do Conselho Superior do Cinema, órgão deliberativo vinculado ao Ministério da Cultura, sob a coordenação da Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga, com a presença dos conselheiros e representantes governamentais, conforme lista de presença registrada.

Registradas as presenças da Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Oliveira Gonzaga; dos conselheiros Ana Salett Marques Gulli, Débora Nogueira Beserra, Carla Ramos, Thiago Alves da Silva Costa, Miriam Gomes Alves, Rodrigo Rangel Pinto Junior, Amanda Machado dos Santos Duarte, Cid Antônio Paraguassu de Andrade Junior e Eduardo de Araújo Nepomuceno; e dos servidores Bruna Boeckmann de Andrade, servidora da Agência Nacional do Cinema (ANCINE); Daniela Santana, Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual; Márcia de Fátima Lins e Silva, servidora do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Milena Silvino Evangelista, Diretora de Formação e Difusão Audiovisual; e Renata Magioli, servidora da Secretaria do Audiovisual.

A reunião foi iniciada pela **Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga**, que destacou a abertura do calendário oficial do Conselho, ressaltando a tradição dos encontros vinculados à programação de Tiradentes e a apresentação de balanço das ações desenvolvidas, muitas das quais atenderam ou estão atendendo demandas do setor. Registrou a realização de sessão recente no Cine Brasília, promovida pela Ministra da Cultura, com ampla participação do público, e enfatizou a valorização do cinema brasileiro. Em seguida, passou a palavra à **Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual (DPDA), Sra. Daniela Fernandes**, e à **Diretora da ANCINE, Sra. Patrícia Barcelos**.

A **Diretora Daniela Fernandes** informou sobre a realização de reunião prévia em dezembro, bem como sobre a expressiva participação registrada na presente reunião. Apresentou relato das atividades do Grupo de Trabalho (GT), destacando que o processo foi devidamente instruído no SEI e que os documentos foram disponibilizados aos conselheiros para subsidiar contribuições ao novo Plano de Diretrizes e Metas (PDM), tendo em vista que o plano anterior se encontra vencido.

Destacou que o GT foi instituído em agosto de 2024, adotando metodologia participativa alinhada ao Plano Nacional de Cultura, com a realização de cinco encontros regionais híbridos, que contaram com a participação de aproximadamente oitocentas pessoas, organizados a partir de oito eixos temáticos. Informou, ainda, a realização de seminário sobre economia do audiovisual e interseccionalidades, bem como reuniões do Conselho Superior do Cinema e do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, ressaltando, nesse contexto, a

inclusão do setor audiovisual no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e na Nova Indústria Brasil (NIB).

Apresentou, por fim, a estrutura do novo PDM, composta por princípios, diretrizes e oito eixos temáticos, com horizonte de planejamento de dez anos, agradecendo aos membros do GT pelas contribuições técnicas ao processo.

Na sequência, a **Diretora da ANCINE, Sra. Patrícia Barcelos**, destacou a relevância do processo de construção do Plano, de caráter interinstitucional, e ressaltou que as metas foram organizadas em três tipologias: metas de resultado, de impacto e de processo, articulando gestão pública e mercado audiovisual, com abordagem estratégica e compatível com a diversidade nacional.

Foram ressaltados os desafios decorrentes das assimetrias territoriais, registrando-se que as metas foram formuladas considerando a futura consolidação de indicadores, a ser viabilizada após a aprovação pelo Conselho. Destacou-se a importância do monitoramento contínuo do PDM, com pactuação institucional para integração de dados produzidos por diferentes órgãos governamentais.

Por fim, foi apresentada a estratégia de governança do Plano, contemplando comitê de governança, monitoramento sistemático, calibragem anual, ajustes territoriais e transparência, bem como a exposição inicial das metas vinculadas aos eixos, com destaque para o Eixo de Gestão e Participação Social, que prevê, entre seus objetivos estratégicos, a instituição do Sistema Setorial do Audiovisual no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, o fortalecimento da pactuação federativa e o desenvolvimento de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das políticas públicas do setor.

Foram apresentadas todas as metas que integram a proposta do Plano, bem como as diretrizes voltadas à sua consolidação e ao fortalecimento de sua implementação.

Após o término da apresentação do Plano pela **Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Sra. Patrícia Barcelos**, a **Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga**, anunciou a participação da **Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes**, que cumprimentou os membros do Conselho Superior do Cinema e os demais participantes, desejando um ano de trabalho profícuo, marcado pelo fortalecimento das conquistas e pela atuação conjunta em prol do setor audiovisual.

A **Ministra Sra. Margareth Menezes**, destacou o momento positivo vivido pelo cinema e pelo audiovisual brasileiros, ressaltando os avanços institucionais recentes, a retomada da governança do setor, o fortalecimento da relação com a Ancine, a escuta ativa do setor e a inclusão do audiovisual na Nova Indústria Brasil (NIB). Mencionou, ainda, o crescimento do número de salas de cinema, o aumento da produção e do lançamento de obras audiovisuais, bem como a ampliação das oportunidades internacionais para o cinema brasileiro.

Registrou a importância das políticas públicas de fomento à cultura, com destaque para a Lei Rouanet, a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, ressaltando dados de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que evidenciam o impacto positivo dessas políticas na ampliação do acesso da população às atividades culturais. Enfatizou a relevância da continuidade do investimento público no setor cultural e audiovisual.

A Ministra também abordou os desafios relacionados à regulação do *Vídeo sob Demanda (VoD)*, destacando a complexidade do tema no cenário nacional e internacional e a necessidade de construção gradual de bases institucionais para o avanço dessa agenda. Ao final, reiterou o compromisso do Ministério da Cultura com

o diálogo, a colaboração e a atuação conjunta com o Conselho Superior do Cinema.

Em seguida, o **Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Cultura, Sr. Cassius Rosa**, saudou os conselheiros e destacou o momento favorável vivido pelo cinema brasileiro, atribuindo os avanços às ações estratégicas em curso, cujo amadurecimento deverá resultar em novos progressos para o setor. Cumprimentou, ainda, a equipe da Ancine, a Secretaria do Audiovisual e todos os envolvidos no processo.

Nesse contexto, a **Conselheira Luiza da Luz Lins** manifestou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, parabenizando a equipe pelo nível de aprofundamento e organização do Plano. Na sequência, apresentou questionamentos e sugestões, destacando a importância de explicitar, de forma mais clara, o direito de acesso da cidadania às obras audiovisuais produzidas com recursos públicos. Indagou se tal princípio não deveria constar de maneira expressa no Plano, considerando referências já existentes.

A Conselheira também sugeriu avaliar a possibilidade de maior detalhamento da Meta 3.13, relativa a investimentos não retornáveis, especialmente no que se refere às ações de formação, preservação e difusão. Ademais, destacou a relevância de incluir, de forma mais explícita, a promoção de mostras e festivais de cinema brasileiro no exterior, bem como de contemplar, para além das plataformas de streaming, outros meios de acesso às obras, como as salas de cinema. Por fim, ressaltou a necessidade de tratar o acesso às obras como direito do cidadão, especialmente quando financiadas por políticas públicas.

Em seguida, a **Conselheira Amanda Machado**, representante do Ministério da Educação (MEC), parabenizou o Grupo de Trabalho pelo esforço coletivo e pela consistência do Plano, ressaltando a complexidade envolvida na organização de objetivos e metas no âmbito governamental. Destacou que o (MEC) se sentiu contemplado nos eixos apresentados e agradeceu o empenho de todos os envolvidos.

Na sequência, a **Sra. Márcia de Fátima**, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), cumprimentou os presentes e associou-se aos elogios ao Plano, destacando o detalhamento técnico e a perspectiva de longo prazo do documento. Informou que foram encaminhadas, por meio eletrônico, sugestões voltadas ao fortalecimento do vínculo entre determinadas ações do Plano e a Nova Indústria Brasil (NIB), com vistas a conferir maior clareza à articulação entre as políticas e aos futuros indicadores. Questionou sobre o momento mais adequado para eventual aprofundamento dessas contribuições, colocando-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

A **Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual, Sra. Renata Magioli**, confirmou o recebimento das contribuições encaminhadas pelos conselheiros e informou a criação de formulário específico para coleta estruturada das manifestações, com prazos definidos para envio, consolidação e posterior deliberação do Conselho sobre o Plano de Diretrizes e Metas (PDM).

A **Conselheira Vânia Lima** parabenizou o Grupo de Trabalho, destacando a maior clareza do documento após a sistematização das informações, e levantou questionamentos sobre os parâmetros, periodicidade e metodologia de avaliação das metas, bem como sobre a possibilidade de contribuições também nas visões de futuro.

A **Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual, Sra. Daniela Fernandes**, esclareceu que as visões de futuro resultam de construção coletiva do Grupo de Trabalho.

A **Conselheira Rosana Alcântara** ressaltou a relevância do processo interinstitucional, a clareza na relação entre metas e indicadores e a perspectiva de monitoramento contínuo, manifestando reconhecimento pela robustez do Plano.

A Secretária do Audiovisual, **Sra. Joelma Gonzaga**, informou que será realizada mesa específica sobre o PDM e a NIB durante a Mostra de Tiradentes.

Na sequência, a **servidora da Agência Nacional do Cinema, Sra. Bruna Boeckmann**, relatou sua participação no processo de organização e sistematização das contribuições, destacando a centralidade do tema do monitoramento no desenvolvimento do Plano. Informou que a equipe já vem trabalhando na concepção da proposta de monitoramento, considerando a necessidade de definição de linhas de base para cada indicador. Ressaltou que, em alguns casos, tais bases ainda não existem, o que inviabiliza, no momento, a definição precisa da periodicidade do monitoramento, embora haja indicativos de que este possa ocorrer em ciclos bienais, a depender da consolidação dos dados disponíveis.

A **Conselheira Jussara Locatelli** parabenizou o Grupo de Trabalho e destacou a importância de que os indicadores do Plano estejam associados a métricas efetivas, ressaltando o papel das pesquisas para futuras avaliações comparativas das políticas do audiovisual.

A **Secretária Joelma Gonzaga** informou sobre a existência de pesquisas em andamento, decorrentes de acordo de cooperação com a ABDI, cujos resultados serão compartilhados com o Conselho.

A **Diretora Daniela Fernandes** esclareceu que o monitoramento e a avaliação das políticas estão previstos no Plano, no Eixo 1, Objetivo 1, Meta 1.1.3, destacando que o detalhamento técnico dos indicadores será realizado em etapa posterior, com participação do Conselho e avaliações em períodos mais curtos do que os previstos no plano anterior.

A **Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual Sra. Renata Magioli** informou que o próximo bloco temático da reunião trataria de dados e indicadores, destacando a oportunidade de debate sobre informações relevantes para a análise das políticas públicas do audiovisual, em articulação com o detalhamento dos indicadores das metas do Plano de Diretrizes e Metas (PDM). Ressaltou que o cronograma de trabalho prevê análises periódicas, incluindo avaliações anuais da execução da política pública, possibilitando o monitoramento e avaliações preliminares e intermediárias do cumprimento do Plano.

A **Conselheira Cíntia Domit Bittar** parabenizou o trabalho realizado, destacando a consistência do Plano e sua relevância para o setor audiovisual. Apontou, contudo, a necessidade de maior didatismo e cuidado na comunicação do PDM ao setor, considerando a complexidade do instrumento e a possível dificuldade de compreensão por parte de agentes não familiarizados com processos de planejamento público. Sinalizou, ainda, possível ruído comunicacional quanto à denominação “PDM 2025”, em razão de sua divulgação em 2026, ressaltando tratar-se de ponderação relacionada à comunicação institucional.

A **Conselheira Luiza Lins** informou sobre o Projeto de Lei nº 4.302/2025, que propõe a inclusão do cinema e do audiovisual como linguagens obrigatórias no ensino da educação básica, sugerindo acompanhamento e reflexão institucional sobre o tema.

Em resposta, a **Diretora da ANCINE** esclareceu que alterações na Base Nacional Comum Curricular são de competência do Conselho Nacional de Educação, não sendo usualmente efetivadas por meio de projetos de lei, motivo pelo qual

iniciativas dessa natureza tendem a não prosperar. Sugeriu que o debate seja realizado de forma institucional entre o Conselho Superior do Cinema e o Conselho Nacional de Educação.

A **Conselheira Luiza Lins** agradeceu os esclarecimentos e sugeriu a articulação de reunião conjunta entre os conselhos, com vistas ao aprofundamento do debate sobre a inserção do audiovisual na educação básica.

A **Secretária do Audiovisual** reafirmou o cronograma pactuado, com prazo até o dia 2 para o envio das contribuições formais, que serão consolidadas para posterior deliberação e apresentação do PDM à sociedade. Parabenzou as equipes da Secretaria do Audiovisual e da ANCINE pelo trabalho desenvolvido, destacando o PDM como entrega prioritária do período e sua articulação com o momento positivo do audiovisual brasileiro.

Nesse sentido, a Conselheira **Cíntia Domit Bittar** sugeriu a futura apreciação de moção de reconhecimento ao filme *Agente Secreto*, destacando a importância das moções como instrumento de comunicação institucional do Conselho com a sociedade.

A **Conselheira Rosana Alcântara** solicitou esclarecimentos acerca da agenda para o fechamento da deliberação do Plano de Diretrizes e Metas (PDM), questionando a previsão de retomada das atividades do Conselho no mês de fevereiro.

A **Secretária** esclareceu que, em razão do recesso de final de ano e da necessidade de reorganização do calendário, será realizada a reestruturação da agenda do Conselho. Informou que o PDM permanece como pauta prioritária, embora existam outras matérias a serem apreciadas, destacando que a definição das novas datas considerará o período do Carnaval, com posterior devolutiva aos conselheiros.

Na sequência, foi destacada a pauta referente ao *Vídeo sob Demanda (VoD)*, considerando o retorno do recesso parlamentar, e questionada a necessidade de alinhamento ou de informes por parte do Conselho sobre o tema.

A **Secretária** informou que haverá mesa específica sobre o tema de *Vídeo sob Demanda (VoD)* na Mostra de Tiradentes, destacando que a Presidência da República, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), a Vice-Presidência, o Ministério da Cultura e a ANCINE encontram-se em alinhamento institucional sobre a pauta. Acrescentou que há uma janela temporal até abril para eventual deliberação legislativa sobre o tema e que está prevista a realização de reuniões com o Conselho e, posteriormente, com entidades representativas, para aprofundamento do debate.

A **Conselheira Tatiana Costa** agradeceu o trabalho desenvolvido pelas equipes da Secretaria do Audiovisual e da ANCINE, destacando a qualidade da organização e da sistematização do material apresentado. Registrou, ainda, agradecimento pelas manifestações de solidariedade recebidas pelo falecimento de Joyce, ressaltando a importância do acolhimento por parte do colegiado.

Em seguida, a **Conselheira Vânia Lima** manifestou preocupação com notícias divulgadas ao final do ano acerca de decisões do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), apontando repercussões nos territórios e a ausência de comunicação prévia ao Conselho. Destacou a dificuldade dos conselheiros em responder às demandas do setor e sugeriu a necessidade de alinhamento entre as diretrizes do PDM e as decisões do FSA, considerando a relevância do tema para o encerramento dos mandatos e para a atuação do Conselho.

O **Conselheiro Jack Silva** manifestou preocupação com os arranjos

regionais, especialmente no que se refere ao apoio à exibição cinematográfica. Alertou para o risco de concentração dos recursos em produção, em detrimento da exibição, destacando a situação crítica dos pequenos exibidores, sobretudo em regiões mais afastadas, e solicitou apoio institucional para sensibilização dos entes federativos quanto à importância da manutenção e expansão do parque exibidor.

A **Diretora de Formação e Inovação Audiovisual da Secretaria do Audiovisual, Sra. Milena Evangelista**, informou que, no âmbito dos arranjos regionais, estão em andamento 41 propostas aprovadas em todo o território nacional, encontrando-se o processo em fase de diligência junto aos entes federativos. Destacou que será lançado, durante a Mostra de Tiradentes, um Panorama do Ecossistema Audiovisual, elaborado a partir das informações recebidas, e que o programa contará com acompanhamento contínuo ao longo dos próximos dois anos, com monitoramento das ações financiadas pelo Fundo Setorial do Audiovisual. Colocou-se à disposição para dialogar com representantes da exibição e promover agendas de sensibilização junto aos gestores.

A **Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual** orientou que as questões levantadas sejam formalizadas por escrito, por meio de encaminhamento ao e-mail do Conselho, a fim de possibilitar análise detalhada e os devidos encaminhamentos institucionais.

A **Conselheira Paula Gomes** sugeriu que iniciativa semelhante de diálogo seja realizada com o segmento da distribuição, ressaltando a importância de contemplar todos os elos da cadeia audiovisual para o fortalecimento da política pública.

A **Diretora Milena Evangelista** concordou com a sugestão, indicando a possibilidade de mobilização junto aos entes federativos para tratar de pautas específicas de interesse do Conselho, preferencialmente antes do início da implementação dos programas.

Por fim, a **Secretária Joelma** informou sobre a possibilidade de convidar o Presidente e o Secretário-Executivo do Fundo Setorial do Audiovisual para reunião do Conselho, com vistas ao diálogo sobre o Plano Anual de Investimentos. Agradeceu a presença de todos os participantes, conselheiros da sociedade civil e representantes do governo, destacando a importância da atuação integrada entre as diferentes esferas governamentais e o setor audiovisual, e encerrou com referência ao próximo encontro na Mostra de Tiradentes.

Ministério da Cultura (Presidência)

Margareth Menezes da Purificação Costa
Joelma Oliveira Gonzaga

Advocacia-Geral da União

César Venturini Dutra Carrijo
Ana Salett Marques Gulli

Casa Civil da Presidência da República

Débora Nogueira Beserra
Carla Ramos

Ministério das Comunicações

Wilson Diniz Wellisch
Tawfic Awwad Júnior

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Uallace Moreira Lima
Adriana de Azevedo Silva Teixeira

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Thiago Alves da Silva Costa
Miriam Gomes Alves

Ministério da Educação

Rodrigo Rangel Pinto Junior
Amanda Machado dos Santos Duarte

Ministério da Fazenda

Cid Antônio Paraguassu de Andrade Junior
Priscila Gebrim Louly

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ricardo de Lins e Horta
Eduardo de Araújo Nepomuceno

Ministério do Planejamento e Orçamento

Anderson Luiz Alves de Oliveira
Paulo Henrique Possas

Ministério das Relações Exteriores

Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
Embaixador Marco Antonio Nakata

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Ricardo Henrique Stuckert
José Rezende de Almeida Júnior

Indústria Cinematográfica Nacional

Débora Regina Ivanov Gomes
Mariza Leão Salles de Rezende
Clemilson de Almeida Farias
Gabriel Amaral Pires
Rodolfo Fernandes de Souza Salema
Mauro Alves Garcia
Sandro Gonçalves Rodrigues
Cícero Araújo Aragon dos Santos
Lúcio Fernandes Otoni
Jack Jonathan de Melo Silva
Renata Brandão Alves
Paula Alessandra de Oliveira Gomes
Aleteia Patrícia de Almeida Selonk
Luiza da Luz Lins

Sociedade Civil

Tatiana Alves de Carvalho Costa
Rosana dos Santos Alcântara
Vânia Alves Smith Lima
Jussara Locatelli
Gláucia Madalena Moreira Camargos
Gustavo Soares Steinberg
Cíntia Domit Bittar
Joyce Prado Almeida



Documento assinado eletronicamente por **Debora Ivanov, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza da Luz Lins, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Machado dos Santos Duarte, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Alves Smith Lima, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cid Antonio Paraguassu de Andrade Junior, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JACK JONATHAN DE MELO SILVA, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Locatelli, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **marco antonio nakata, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Domit Bittar, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CLEMILSON DE ALMEIDA FARIAS, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Alessandra de Oliveira Gomes, Usuário Externo**, em 15/04/2026, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Leão S de Rezende, Usuário Externo**, em 15/04/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Alberto Coelho de Magalhaes, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Araújo Nepomuceno, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Alves Da Silva Costa, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2680527** e o código CRC **413BB5C6**.
